



Declaração Política IL-003-XII – Importância do combate ao endividamento e ao aumento da dívida pública regional

Senhor Presidente;
Senhores Deputados;
Senhor Presidente;
E Senhores Membros do Governo;

Açorianos;

Temos pela frente dias difíceis, dias de grande estoicismo, de superação e de perseverança na senda do reposicionamento das sociedades em níveis aceitáveis da confiança dos homens pelos Homens.

O Parlamento Europeu, aprovou, em 16 de dezembro de 2020, e o Conselho, posteriormente adotou, o Regulamento que estabelece o quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período de 2021 a 2027.

O citado regulamento da União prevê um orçamento de longo prazo para a Europa a 27 que ronda os 1 074 milhares de milhões de euros, incluindo a integração do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Juntamente com o instrumento de recuperação Next Generation EU, no valor de 750 mil milhões de euros, este orçamento permitirá à União Europeia disponibilizar ao longo dos próximos 6 anos um financiamento sem precedentes de 1,8 biliões de euros para apoiar a recuperação após a pandemia de COVID-19 e as prioridades de longo prazo da UE em diferentes domínios de intervenção.

Na verdade, só com perseverança, esperança e rigor, será possível encerrar o futuro próximo e agarrar as oportunidades únicas criadas pelos fundos da União Europeia, sejam eles do quadro especial previsto no PRR sejam do quadro financeiro plurianual da para o período de 2021 a 2027.

Só um regime de contas públicas equilibradas e uma economia relançada, nos permitirá, num futuro próximo, enfrentar riscos como o da inflação ou o do decréscimo de financiamento por parte da UE.

Desde 2019 que o Iniciativa Liberal tem alertado para a preocupante situação financeira da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no concernente aos níveis de

endividamento e à situação de falência técnica de algumas empresas do Sector Público Empresarial Regional.

O Relatório da Auditoria à Conta da Região de 2020, divulgado há dias pelo Tribunal de Contas, veio confirmar as suspeições que tínhamos e os alertas que deixámos durante o período de campanha eleitoral para esta Assembleia naquele ano.

O endividamento total da Administração Pública Regional, em final de 2020, era de 2.489,5 milhões de euros; a isso acrescem 391 milhões de euros de avales da Região à totalidade de empresas do SPER e 80,3 milhões de euros de garantias da Região na forma de carta de conforto em número de 10, sendo que 7 foram emitidas para garantir financiamento de curto prazo à transportadora aérea SATA.

Para além disso, as responsabilidades emergentes prestadas pela Região ao SPER não incluído no perímetro orçamental, ou seja que não estão incluídos nos 2.489,5 milhões de euros cresceu em 2020, cerca de 345,8 milhões de euros, dos quais se destacam, mais uma vez, 197 milhões só para a SATA.

O total da dívida do SPER fora do perímetro é assim de 1.015,00 milhões de euros.

Em 2020, a receita da Região foi inferior à despesa em cerca de 200 milhões de euros, o que indicia um crescimento da dívida nos próximos anos que poderá estar entre os 280 e os 300 milhões de euros ano até 2030, sendo que até 2023, as necessidades de financiamento da Região serão de cerca de 1.200,00 milhões de euros, ou seja, um pouco acima dessa média de necessidades de médio prazo.

Das 14 entidades do Sector Público Empresarial Regional, 13 delas, têm a sua atividade operacional quase totalmente dependente ou de transferências da Região ou, em alternativa, do crédito bancário.

Aquilo que enfrentamos no primeiro ano desta nova Legislatura não augura nada de bom. Mas manter a mesma trajetória das contas públicas regionais, por tudo o que aqui já foi dito, é insustentável e este não é o caminho que nós queremos para o Açores.

É verdade que o ano em referência, se trata de uma atipicidade pois que decorre da situação pandémica. Deve, no entanto, servir-nos de ensinamento, tal como, todas as crises e as consequências delas advindas devem servir para olharmos as nossas chagas. Serve ainda para atentarmos à necessidade de nos precavermos nos melhores anos para estarmos preparados para enfrentar, ao mesmo nível dos nossos parceiros europeus, as adversidades das crises emergentes sejam elas de que origem forem.

Nas contas da Região, do Estado, das empresas ou das famílias, aplicam-se as mesmas regras, é fundamental garantir recursos para eventualidades, a nossa Região não tem feito isso, e parece não querer começar agora a fazê-lo.

No orçamento deste ano, entre a anteproposta e a aprovação final, temos uma redução das necessidades de endividamento na ordem dos 143 milhões de euros, mercê das exigências da Iniciativa Liberal.

No entanto, continua alto o nível de endividamento previsto, que é na ordem dos de 152 milhões de euros.

É urgente parar com esta sangria não sem antes garantir que isso não impacte no real fortalecimento da economia que se revela, neste momento, prioritária com especial atenção para a industrialização, para a transformação energética, para a transição digital e, fundamentalmente, para a qualificação e fixação de talentos, mantendo os custos e a despesa corrente controlados.

Temos, por isso, pela frente uma missão hercúlea que não se compadece com eleitoralismos e amadorismos ou sequer com a continuidade de políticas socialistas, sejam elas implementadas pelo PS, pelo PSD ou pelo CDS.

Mais de 20 de políticas socialistas geradoras de dependências do Estado/Região criaram um ciclo de subdesenvolvimento que condena os Açores à estagnação económica e social.

A Iniciativa Liberal apresentou um programa de governação que consubstancia uma nova visão de sociedade, com propostas concretas, detalhadas e explicadas. Fazemos questão de sermos claros, queira quem governa fazer diferente e os resultados serão diferentes.

Disse.

Horta, sala das sessões, 11 de janeiro de 2022

O Deputado Regional

Nuno Alberto Barata Almeida E Sousa